



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007341-55.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Embargos À Execução - Pagamento**
 Embargante: **Adm Comércio de Roupas Ltda**
 Embargado: **Condomínio Civil do Shopping Iguatemi São Carlos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos,

Cuida-se de embargos à execução opostos por ADM. COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA. em face de Condomínio Civil do Shopping Center Iguatemi São Carlos.

Pretende a embargante: a) a suspensão da ação de execução nº 1005426-68.2016.8.26.0566, tendo em vista a Recuperação Extrajudicial da embargante, a fim de permitir que eventuais créditos da embargada sejam lá discutidos e pagos nos termos do plano de recuperação; b) seja declarado inexigível o título executivo extrajudicial em razão do crédito encontrar-se incluído no plano de recuperação da empresa.

O embargado, em impugnação de fls. 151/156, aduziu, em síntese: a) que a execução foi ajuizada em face da embargante ADM COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA. e do fiador ÁLVARO JABUR MALUF; b) que a suspensão da execução não atinge avalistas e fiadores; c) que a recuperação extrajudicial foi ajuizada posteriormente ao ajuizamento da ação de execução, não havendo que se falar em condenação do embargado em honorários sucumbenciais.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O Ministério Público manifestou-se a fls. 159/162, requerendo a extinção dos embargos por falta de interesse de agir, uma vez que a de suspensão da execução já foi deferida por ocasião do processamento da recuperação extrajudicial, abrangendo, tão somente, a empresa recuperanda e não seus coobrigados.

Sentença proferida a fls. 164/165 foi anulada por meio do v. acórdão de fls. 218/221, por não ter sido apreciada a matéria atinente à inexigibilidade do título.

Decisão de fls. 225 determinou que o embargado se manifestasse informando se o crédito apontado pela embargante nos autos da recuperação extrajudicial refere-se ao objeto da execução em trâmite por este juízo.

O embargado manifestou-se a fls. 228/232, esclarecendo que os créditos apontados na execução são os mesmos delineados na recuperação extrajudicial, porém não há falar-se em suspensão da execução em relação aos fiadores e avalistas, razão pela qual a execução deve prosseguir em relação ao fiador ÁLVARO JABUR MALUF.

É o Relatório.

Fundamento e Decido.

Possível o julgamento imediato da lide, tendo em vista que se trata de matéria exclusivamente de direito.

A embargante encontra-se em processo de recuperação extrajudicial, em trâmite pela 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, processo nº 1058981-40.2016.8.26.0100.

Decisão proferida nos autos da recuperação extrajudicial deferiu seu processamento e determinou a suspensão das execuções pelos credores abrangidos pelo plano de recuperação extrajudicial pelo prazo de 180 dias



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

(fls. 132/134).

A pretensão da embargante consiste em: 1) a suspensão da execução em razão do processamento da recuperação extrajudicial; 2) a declaração de inexigibilidade do título extrajudicial em razão do processamento da recuperação extrajudicial.

De início, importante consignar que por ocasião do ajuizamento da ação de execução ainda não havia sido requerido o processamento da recuperação extrajudicial.

Nada obstante, a suspensão pretendida pela embargante já foi objeto da decisão proferida nos autos da recuperação extrajudicial (fls. 132/134), razão pela qual o Ministério Público manifestou-se a fls. 159/162 requerendo a extinção dos embargos por falta de interesse de agir.

Ainda que a suspensão das execuções tenha sido determinada pelo prazo de 180 dias, por aplicação analógica do art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005, o C. Superior Tribunal de Justiça, prestigiando a função social da empresa e a manutenção da atividade econômica, tem entendido que o mero decurso do prazo de 180 dias não tem o condão de restabelecer o prosseguimento das execuções individuais contra a empresa recuperanda.

Nesse sentido: "EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL - Hipótese em que foi aprovado plano de recuperação judicial do devedor principal - Suspensão da execução - Art. 6º, Lei 11.101/05 - Crédito habilitado nos autos da recuperação judicial - Possibilidade de prorrogação do prazo de 180 dias - Precedentes do E. STJ - Recurso improvido." (TJSP; Agravo de Instrumento 0502562-76.2010.8.26.0000; Relator (a): J. B. Franco de Godoi; Órgão Julgador: 23ª Câmara de Direito Privado; Foro de Estrela D'Oeste - 1ª Vara Judicial; Data do Julgamento: 23/02/2011; Data de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Registro: 14/03/2011).

Ocorre, todavia, que a suspensão das execuções contra a recuperanda não atinge os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso, nos termos do art. 49, § 1º, da Lei 11.101/2005.

Dessa maneira, não há como acolher o pedido de declaração de inexigibilidade do título extrajudicial, primeiramente, porque também figura como codevedor o fiador ÁLVARO JABUR MALUF, segundo, porque não há qualquer ilegalidade ou irregularidade no título extrajudicial, encontrando-se, tão somente, suspensa a execução em relação à recuperanda.

Ainda que a embargante esteja sob recuperação judicial, a execução não deve ser extinta e sim suspensa, pois a novação ocorrida é condicional, conforme rezam os artigos 58, *caput*; 59, *caput* e 61, todos da Lei nº 11.101/2005.

Uma vez aprovado e homologado o plano de recuperação judicial, os créditos devem ser cumpridos de acordo com as condições nele estabelecidas.

O descumprimento das obrigações assumidas no plano de recuperação enseja a decretação de falência da empresa. Com a decretação da falência, os direitos e garantias dos credores são reconduzidos às condições em que foram originariamente contratadas, descontadas eventuais quantias pagas.

Assim sendo, a novação efetivada na esfera da recuperação judicial não extingue a obrigação primitiva, estando sujeita a uma condição resolutiva, consistente no cumprimento do plano no prazo de até dois anos a contar de sua concessão, nos termos do art. 61 da Lei nº 11.101/2005.

Nesse sentido: “Agravado de instrumento. Execução de título extrajudicial. Irresignação contra o indeferimento dos pedidos de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

reconhecimento de inexigibilidade do título executivo e extinção da ação, em razão da aprovação do plano de recuperação judicial. Acerto da decisão. Documentos que evidenciam a homologação do plano de recuperação judicial da empresa agravante. Descabimento de extinção da execução. Necessidade de cumprimento das obrigações previstas no plano de recuperação, a fim de tornar definitiva a novação prevista no art. 59 da Lei n 11.101/2005. Possibilidade de suspensão da ação, ainda que decorrido o prazo de 180 dias previsto no art. 6o, § 4o, da referida lei. Precedentes. Afastado o pedido de condenação da agravante por litigância de má-fé. Recurso improvido”. (TJSP; Agravo de Instrumento 0080945-91.2011.8.26.0000; Relator (a): Erson de Oliveira; Órgão Julgador: 17ª Câmara de Direito Privado; Foro de São Bernardo do Campo - 1ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 03/08/2011; Data de Registro: 17/08/2011).

Portanto, não há falar-se em inexigibilidade do título executivo extrajudicial.

Diante do exposto, julgo improcedentes os embargos à execução.

Sucumbente, condeno a embargante ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 10% do valor atribuído à causa, com atualização monetária desde o ajuizamento dos embargos e juros de mora a partir da citação.

Prossiga-se a execução em relação ao fiador ÁLVARO JABUR MALUF, mantendo-se a suspensão com relação à embargante ADM. COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA.

P. Intimem-se.

Ciência ao Ministério Público.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 30 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**